

Página 13



■ Nº 129 ■ MARÇO/2014

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

50 anos do golpe:

terrorismo de Estado,
ataque à democracia e
à classe trabalhadora

Encarte



**8 de março:
mulheres
que lutam**

páginas 11 a 15



**Saúde:
ousadia para
salvar o SUS**

páginas 8 e 9



**Formação:
julho em
Maranguape**

páginas 16

Tempos bicudos

Esta edição de *Página 13* concentra-se em dois grandes temas: os 50 anos do golpe que deu origem à ditadura militar (1964-1985) e a comemoração do 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Por este motivo, deixamos de tratar da situação internacional, especificamente da Ucrânia e da Venezuela. Faremos isto na próxima edição de *Página 13*, no mês de abril, incluindo não apenas os casos citados, mas também um balanço das eleições em El Salvador.

Por enquanto, nos limitamos a: 1) reafirmar nosso apoio ao presidente Nicolas Maduro, ao governo da República Bolivariana da Venezuela e aos partidos do Grande Pólo Patriótico, com destaque para o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV); 2) denunciar a escandalosa aliança entre os Estados Unidos e governos da União Européia, com os neonazistas atuantes na Ucrânia; 3) constatar que mais uma vez se confirma que a situação internacional é de profunda instabilidade, marcada por cada vez mais conflitos, inclusive militares, tendência que deve ser levada em devida conta nas análises da conjuntura latinoamericana e brasileira.

Passado o Carnaval, a luta política no país vai se acentuar, tendo como centro tático as eleições presidenciais de 2014. O Partido dos Trabalhadores tem como objetivo eleger a presidenta Dilma Rousseff para um segundo mandato presidencial. E queremos vencer criando as condições para um segundo mandato superior ao atual.

Lula fez um segundo mandato superior ao primeiro. Graças a isso, não apenas o povo melhorou de vida, mas também elegemos Dilma em 2010. Analogamente, se

queremos continuar governando o país a partir de 1 de janeiro de 2019, é indispensável que o segundo governo Dilma seja superior ao primeiro.

As pesquisas indicam que Dilma é a preferida da maioria do eleitorado. Entretanto, várias pesquisas também indicam que o povo quer mudança. Ou seja: a maioria do eleitorado e do povo brasileiro deseja que o segundo mandato Dilma “continue mudando” o Brasil.

A oposição, o grande capital e o imperialismo tentam pegar carona no desejo de mudanças manifesto por amplos setores da população. Evidentemente, a mudança que eles desejam é em seu próprio benefício. Já as mudanças desejadas pelo povo se traduzem em mais Estado, mais desenvolvimento, mais políticas públicas, mais emprego, mais salário, mais transparência, mais democracia.

A contradição entre a mudança desejada pelo povo e a mudança desejada pelas elites é uma contradição antagônica. Por isto, a oposição não pode assumir abertamente seu programa: seria a derrota antecipada. Por isto, a oposição aposta na deterioração e na crise. Por isto, a oposição precisa manipular a população.

O ideal para eles seria recuperar plenamente o governo federal, através da vitória de um de seus candidatos. Caso isto não seja possível, continuarão trabalhando para impor, tanto ao atual quanto ao segundo mandato Dilma, as políticas preferidas pela oposição de direita.

A influência maior ou menor da oposição sobre nosso segundo mandato, depende de vários fatores: do tamanho e da natureza da vitória: será uma vitória como a de

2006, na ofensiva, ou como a de 2010, na defensiva? A influência da oposição de direita, dependerá, ainda, da composição do futuro Congresso Nacional e de quem será eleito para governar os estados brasileiros.

Por isto defendemos a) uma campanha politizada, que polarize programaticamente com as duas fórmulas opositoras: Aécio & Eduardo/Marina; b) uma campanha que combine a ação estritamente eleitoral, com a mobilização em favor do plebiscito, da lei da mídia democrática, da plataforma da classe trabalhadora.

Nosso programa de governo 2015-2018 deve ser muito incisivo, propondo medidas radicais nas áreas de reforma urbana, reforma agrária, segurança pública, educação e saúde, redução dos juros, jornada de 40 horas e outras demandas da classe trabalhadora, inclusive o fim do fator previdenciário.

A política de alianças, tanto nacional quanto nos estados, deve ser compatível com o programa que defendemos para o segundo mandato. Finalmente, defendemos uma tática de ampliação de nossas bancadas. Isso exigirá uma postura distinta da direção partidária frente a campanha proporcional. O Partido precisa agir como se o voto fosse em lista, fazer campanhas de voto na legenda, centralizar o uso dos recursos financeiros de campanha nesse sentido.

Finalizamos este editorial prestando homenagem a todos e a todas que tombaram na luta contra a ditadura militar. Não esqueçamos, não perdoamos e seguimos na luta por um Brasil democrático e socialista. ★

Os editores

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Aila Marques (CE), Ana Afonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Carita Rosa das Chagas (PA), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (MG), Denize Silva de Oliveira (MS), Denise Cerqueira Vieira (TO), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Joel Almeida (SE), Jonatas Moreth (DF), José Gilderlei (RN), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia [Maria Barroso Vieira] (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marco Aurélio Moreira (MG), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Rafael Tomyama (CE), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Regiane Cerminaro (SP), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Teresinha Fernandes (MA), Ubiratan Félix (BA), Valter Pomar (SP). **Comissão de ética nacional:** Eleandra Raquel Koch (RS), Rodrigo César (SP) e Wagner Lino (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Ilustração de capa:** Sérgio Bastos

Colaboraram nesta edição: Adriana Miranda, Rosana Ramos, Tábata Silveira e Pedro Pomar

Secr. Gráfica e Assinaturas: Edma Walker edmawalker@gmail.com End. para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11, São Paulo (SP), CEP 01019-000.

O ano não começou bem

Apartir de um diálogo com a deputada Iriny Lopes, Lena Azevedo apresenta o “estado da arte” da Câmara dos Deputados

Lena Azevedo*

As comissões escolhidas pelo PT são importantes. O partido ficou com a Comissão de Constituição e Justiça (Vicente Cândido/SP), Comissão Mista de Orçamento (Devanir Ribeiro/SP), Seguridade Social e Família (Amauri Teixeira/BA) e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (Assis do Couto/PR).

Na CDHM especificamente, o PT retomou com muitos desafios, considerando que o campo da esquerda não é mais hegemônico como no passado, e a presidência terá que ter uma capacidade de mediação e interlocução com os movimentos sociais.

No geral, há uma dificuldade do governo com a sua base, que não se sente responsável pelo projeto e amplia cada dia mais o seu distanciamento. A sustentação hoje está restrita ao PT.

No final de fevereiro, por exemplo, havia uma pressão de se votar um requerimento da oposição para criação de uma comissão externa que investigasse denúncias de propina envolvendo uma empresa holandesa e a Petrobras. Conseguimos impedir que o tema fosse à votação, mas há uma fragilidade evidenciada na base governista. O deputado peemedebista Eduardo Cunha (RJ) vem liderando um bloco de partidos para impedir a apreciação do Marco Civil da Internet e tem se aliado aos oposicionistas na pressão de votar a criação da Comissão Externa. Esse mesmo parlamentar, responsável pela ascensão de Marco Feliciano na CDHM no ano passado, ameaça com obstrução a toda e qualquer pauta da Casa enquanto o pedido sobre a Petrobras não for analisado em plenário. É bom lembrar que Comissão Externa não tem prerrogativa para investigar nada. Nesse contexto, parece apenas um pretexto de viajar para a Holanda à custa de dinheiro público, e criar um fato negativo com o objetivo de pressionar o governo, seja por cargos, ou liberação de emendas parlamentares. Se existe um fato determinado, que se crie uma CPI e requeiram investigação da Polícia Federal. A PF não tem poupado o governo de nada e compete a ela e ao Ministério Público Federal



Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados

Reunião de instalação da Comissão de Direitos Humanos e eleição do presidente e dos vices

a apuração das denúncias, desde que exista indício razoável para abertura de inquérito.

A pauta de setores do Congresso tem um viés fascista e conservador. Dentre os temas identificamos a redução da maioria penal, o cerceamento e tentativas de retirada de direitos de mulheres e LGBTs, terras indígenas, quilombolas, sem-terra, a criminalização de movimentos sociais com a tentativa de emplacar a Lei Antiterrorismo – totalmente ditatorial, considerando que a atual legislação já contempla possíveis excessos.

Esse clima antidemocrático está visível no discurso do deputado federal ruralista Luís Carlos Heinze (PP/RS), que incitou fazendeiros a criar milícias como as do Pará e Mato Grosso do Sul para “defender suas terras” e ainda afirmou que “quilombolas, índios, gays, lésbicas, ‘tudo o que não presta’, está ‘aninhado’ no gabinete do ministro Gilberto Carvalho, na antessala da presidenta Dilma Rousseff”.

Toda essa instabilidade no Parlamento deve-se à enorme influência econômica no processo eleitoral. O Marco Civil da internet está ameaçado e corre o risco de não ser votado esse ano em função do lobby das teles, que estão acenando com vultosos recursos para campanhas políticas de 2014. É lamentável que parte do PT tenha ajudado a derrotar a reforma política, que seria a única maneira de estancar o avanço conservador no Legislativo. Por isso, deve-

mos aplaudir de pé a coragem de Marcio Pochmann, presidente da Fundação Perseu Abramo, ao afirmar que 2014 será o último com candidaturas populares. A declaração tem como base a pesquisa feita pela FPA. Segundo os dados, no Congresso os 40 mil produtores agrícolas que controlam 50% das áreas agricultáveis elegem de 120 a 140 deputados, enquanto 6 milhões de famílias que praticam agricultura familiar são representadas por no máximo 13 parlamentares.

Tudo indica que restará muito pouco de parlamentares comprometidos com as lutas sociais nos próximos pleitos. O desafio para nós todos que defendemos os setores populares é imenso, mas não nos intimida. Foi o que nos levou a enfrentar a ditadura militar e criar um partido de esquerda para enfrentar a truculência e a ganância da elite e disputar no voto o projeto de um país democrático e menos desigual. O cenário é sombrio, mas não daremos nenhum passo atrás. ★

*Lena Azevedo é jornalista



A saída é sempre pela política!

Jonatas Moreth*

2014 será uma prova de fogo para o PT. Enfrentaremos grandes desafios nas urnas, mas também nas ruas. O centro da tática será reeleger a companheira Dilma, mas reeleger de forma que consiga fazer um segundo mandato com reformas estruturais, com mais mobilização e participação popular.

Para isto ocorrer, nossa ação neste ano, tanto do PT quanto do Governo, não pode definitivamente continuar sendo guiada pelo marketing político, pelo exclusivo cálculo eleitoral. Essa equação nos traz como consequência uma campanha recuada, com rebaixamento do programa, despolitizada e com pouca ou nenhuma polarização. O Governo e em especial o PT precisa voltar a apostar no enfrentamento político, na disputa ideológica, na conquista de novos corações para o nosso programa.

É falsa a tese de que só ganhamos com recuos, que a rigidez de nossas posições podem nos levar para a derrota ou para o isolamento. O sucesso absoluto do programa “Mais médicos” nos ensinou o contrário. Quando lançado o programa sofreu duros ataques da direita e da grande mídia. Mas ao invés de recuar - como fizemos em vários outros bons programas - apostamos no enfrentamento e na disputa política aberta. Resultado: ganhamos a sociedade, isola-

mos os mais radicalizados como o CFM e o programa avançou mostrando atualmente excelentes resultados.

A postura baixo perfil nos cobra um alto preço, em especial na juventude. Mesmo antes das Jornadas de Junho as pesquisas de opinião já apresentavam uma tendência de distanciamento da juventude com o PT e o aumento na desaprovação deste setor para com o nosso Governo. Junho apenas intensificou um fenômeno já existente.

São várias as razões deste distanciamento ou da perda de influência do PT na juventude. Não podemos tirar conclusões precipitadas, no calor do momento, sem uma maior reflexão. Todavia, este debate precisa ser feito.

Uma primeira razão deste fenômeno é que o PT perdeu a capacidade de se diferenciar. Hoje uma parcela significativa da juventude enxerga o nosso partido como igual aos outros, como um partido tradicional. Por muito tempo fomos o espaço onde desaguava todas as insatisfações “contra tudo isto que está aí”. Hoje boa parte deste “*status quo*” são nossos “aliados”.

Será que não teríamos saído com maior relação com a juventude que foi para as ruas se o prefeito Haddad tivesse, em virtude da pressão popular, recuado rapidamente e revogado o aumento das passagens,

sem precisar de forma constrangedora anunciar a decisão tardia junto com o tucano Alckmin? Será que o PT não teria saído mais fortalecido se o tratamento dado aos confrontos das ruas fosse diferente do que o que o ministro da Justiça Eduardo Cardozo deu, ao oferecer a “guarda nacional” para fazer a segurança e ajudar a reprimir os protestos? Será? Tenho convicção que sim.

Como fruto deste processo, o PT e demais entidades históricas da esquerda tradicional tem sofrido uma crise, vem crescendo a parcela da sociedade que não mais se sente representada por nossas organizações. No entanto, cabe ressaltar um aspecto relevante: o descrédito com partidos e demais organizações sociais não significa um desinteresse completo da juventude com a luta e a organização coletiva. Contrariando o senso comum conservador de que a juventude hoje sofre de apatia e despolitização, acompanhamos o surgimento cada vez maior de novas redes e formas de participação da juventude. No trabalho, nos estudos ou mesmo conectada ao mundo a partir da internet, percebemos na ação comunitária, nas redes sociais ou nas marchas e movimentos juvenis, uma atuação coletiva cada vez mais diversificada.

Diferente do que muitos defendem, a maioria desses jovens que ainda nutre o desejo de mudar a sociedade, que valorizam a ação coletiva e que foram as ruas em Junho são filhos da classe trabalhadora, portanto base social do programa democrático e popular que o PT representa e plenamente possível de ser convencida do socialismo.

Mas para voltar a ser referência para os insatisfeitos, indignados e sedentos por mudanças, o PT também precisa mudar, conectando-se a este novo cenário. Fundamentalmente precisa voltar a apostar na política, polarizar com as falsas alternativas que se colocam como representantes da “nova política” e não ter vergonha de se apresentar enquanto um Partido de esquerda a serviço da classe trabalhadora e que tem como horizonte a construção de uma sociedade socialista. ★

*Jonatas Moreth é Coordenador Nacional de Movimentos Sociais da JPT



Um ano para redirecionar a história

Geraldo Abreu*

Se um ano de eleições nacionais por si só suscita grandes debates, o ano de 2014 traz dilemas ainda maiores a serem superados. O atual modelo hegemônico fundado no capitalismo não consegue superar sua crise endêmica e as consequências são sentidas das mais variadas formas pelo conjunto da humanidade. Não se trata apenas da economia. Vivemos uma “crise civilizatória”, no sentido de que esta é generalizada.

As manifestações populares crescem em todo o mundo, indicando dilemas das mais variadas matizes: culturais, econômicas, ambientais, entre outras, sem que lideranças surjam na condução da grande maioria destes movimentos. Esta dicotomia precisa ser superada, sendo que não é razoável que se imagine efeito sem causa. Cabe a esquerda indicar a causa destes dilemas que a humanidade confronta, do contrário poderemos ver avançar o fascismo e outras formas à direita.

Neste ambiente é que travaremos a disputa eleitoral. Esta pode ser a oportunidade de renovar com os movimentos sociais, bem como com a maioria do povo brasileiro, que não se encontra organizada nos movimentos, nosso compromisso em fazer avançar as mudanças iniciadas em 2003. Na mesma medida devemos esclarecer os limites da democracia representativa e convocar o exercício da democracia direta por meio de fóruns populares definidos em instâncias legítimas de representação deste novo momento organizativo da sociedade.

O PT, protagonista na ascensão da esquerda à presidência e no centro dos ataques da direita e seus lacaios, deve atuar novamente no papel de articulador desta nova governança, construída no calor dos debates que devem se dar em 2014. Precisamos ir além daquilo que fizemos até aqui. Devemos buscar nos diálogos com os movimentos sociais e com outros setores da sociedade que não estão organizados em movimento, o combustível desta jornada.



Devemos apontar para a superação dos problemas identificados neste período de gestão e que exigem amplo apoio de massas para serem superados.

Como diz o ditado “não é possível fazer uma omelete sem quebrar alguns ovos”. Ou avançamos nas reformas ou seremos superados na política. Neste caso, os retrocessos serão mais tangíveis que os possíveis avanços. Diante disto, cabe ao PT o papel de apontar à esquerda as mudanças necessárias pautando pelo princípio de que o Estado deve estar a serviço da sociedade e que para ela deve convergir todas as energias.

O modelo de desenvolvimento econômico em vigor, centrado na obtenção de lucros demasiados para grupos corporativos específicos, vem sendo acompanhado de transformações progressivas na natureza, o que acaba por reduzir a capacidade de regeneração dos ecossistemas, promovendo degradação ambiental e social, negligenciando culturas e desestruturando territórios. Tudo isto representa um entrave para o desenvolvimento sustentável do país. Precisamos qualificar a crítica sobre a insustentabilidade do atual modelo e devemos dar uma atenção especial para o tema do desenvolvimento sustentável. É preciso que se faça distribuição de renda com superação da pobreza, sem comprometer as necessidades futuras. Esta é uma bandeira histórica do nosso partido e exige uma qualificação

de seu significado. Só haverá sustentabilidade no desenvolvimento se ele for capaz de incorporar as demandas do conjunto da sociedade em sua plenitude, tratando como prioritárias as necessidades e os direitos dos grupos menos favorecidos socioeconomicamente e que por um significativo tempo tiveram suas demandas reprimidas. Neste processo, é importante considerar os limites materiais, físicos e o impacto das ações sobre a natureza.

O desafio está posto. Cabe realizar uma profunda imersão neste diálogo com a sociedade. Precisamos estar presentes nas lutas de 2014, defendendo os direitos sociais, humanos e culturais do povo brasileiro. Nossas instâncias devem estar a serviço destas tarefas e nossa militância deve estar orientada nesta direção.

Não é necessário inventar novas formulações. Temos um acervo razoável de políticas construídas ao longo de nossa história, que são grandes o suficiente para enfrentar os desafios do presente. Estamos presentes em variadas frentes da luta social. Devemos dispor deste acervo para realizarmos um balanço e atualização junto aos movimentos sociais, incorporando as novas agendas numa perspectiva de classe, afinal foi para dar voz à classe trabalhadora que construímos o partido. ★

*Geraldo Abreu é secretário nacional de meio ambiente do PT

É hora de gritar mais alto: Fora, Sarney!

João de Deus Castro*

Em 2010, dizíamos: “se ‘tudo que nasce traz consigo o germe da própria destruição’, o resultado da vitória eleitoral de Roseana demonstra com precisão que o germe se espalha. Uma vitória com uma diferença de 0,08% assinala claramente uma polarização política e social no estado. E, o que é melhor, uma polarização que substitui a liderança antiga (Jackson) por uma liderança renovada (Flávio Dino) no campo da oposição, de esquerda e de visão certamente mais ampla e mais consequente em relação aos rumos do Brasil”.

O germe se espalhou e neste início de 2014 as pesquisas eleitorais dão a Flávio Dino (PCdoB) no mínimo 50% das intenções de voto. Seu principal oponente, o candidato da oligarquia, Luís Fernando (PMDB), teria, segundo algumas análises, potencial para chegar a 20%, posição disputada com a terceira colocada, Eliziane Gama (PPS).

Não é difícil imaginar o alvoroço nas hostes do clã Sarney. Em meio a uma crise exposta na segurança pública, com rebeliões em presídios, decapitações, ônibus queimados... no final de janeiro, mais um preso é morto, espancado por companheiros de cela, na Unidade Prisional de Resocialização de Balsas, vindo a falecer em Imperatriz. Um outro é enforcado na Central de Custódia de Presos de Justiça do Anil, em São Luís, dia 26 de fevereiro. E um terceiro, identificado como Pedro Elias Martins Viegas, é encontrado morto em 1 de março com marcas de esganadura no pescoço, em Pedrinhas. Ao todo são seis mortos só este ano em situações similares. Enquanto isso, a governadora, depois de dizer na presença do Ministro da Justiça que a causa de tudo isso é porque “o Maranhão está mais rico” (!!!), segue licitando lagostas, entregando, sob protestos, hospitais de fachada – sem os profissionais de saúde. Hospitais que praticamente fecham logo após a inauguração (caso dos municípios de Zé Doca, Maracaçumé e Governador Newton Bello). E ainda, através de seu Secretário-candidato, anunciando futuras estradas no interior, uma promessa arque-

Não há no campo majoritário unanimidade em torno da tática de continuar com um aliado como Sarney, pesando cada dia mais nos ombros do governo. Mas também não arriscaria nenhuma ruptura abrupta, tal o peso da chantagem do influente senador



típica da política tradicional, um binômio de que o povo certamente se cansou: asfalto-progresso.

Após premiar o vice petista, Washington Oliveira, para o Tribunal de Contas do Estado, o grupo no poder enfrenta disputas internas na eleição indireta, na Assembleia Legislativa, do nome que substituirá Roseana, que deve renunciar para disputar a vaga no Senado. O próprio Sarney veio a São Luís, reunir seu grupo para tentar contornar as disputas. Mas a eleição de Roseana senadora é hoje algo duvidoso, já que

o vice-prefeito da capital, Roberto Rocha (PSB), segundo pesquisas, teria 38% e Roseana 21%. Um exagero, talvez, mas o suficiente para fazer a governadora assumir que ainda não decidiu sobre a candidatura e adiar sua saída do Palácio dos Leões.

Nesse quadro, não pode faltar à oligarquia o tempo de TV proporcionado pelo PT. A direção nacional do PT deu mais um passo nesse sentido, homologando Raimundo Monteiro presidente da legenda no Estado, depois de eleições internas conturbadas, em que Monteiro proclamou-se vitorioso no primeiro turno e boicotou o segundo, em que o partido compareceu amplamente, sufragando Henrique Silva presidente, com apoio da Resistência Petista (que dera sustentação à candidatura Augusto Lobato no primeiro turno). Para impor Monteiro, a maioria da Executiva Nacional (contra os votos da esquerda) teve que atribuir validade a dezenas de municípios onde o PED fora realizado de forma irregular. O interventor Monteiro e seu grupo – que mantém representantes no governo do Estado – defendem a aliança com o PMDB, apesar de toda a catástrofe que é o governo Roseana. Três caminhos disputarão o Encontro de Tática que definirá o campo de alianças. Além da aliança com o PMDB, há ainda as possibilidades de candidatura própria, defendida por Henrique, e o apoio a Flávio Dino, em que insistirá a Resistência Petista.

Não há no campo majoritário unanimidade em torno da tática de continuar com um aliado como Sarney, pesando cada dia mais nos ombros do governo. Mas também não arriscaria nenhuma ruptura abrupta, tal o peso da chantagem do influente senador. A se confirmar o caminho da submissão representado pela manutenção da aliança com o PMDB, os que anseiam por uma guinada à esquerda para o PT do Maranhão terão que apostar na vitória de Flávio Dino em outubro. ★

*João de Deus é servidor público do MPF/SP, ex-secretário de Juventude do PT/Ma e ex-secretário geral do DCE-UFMA (2000-2001)

O cenário piauiense

Marcelo Mascarenha*

Nas eleições estaduais deste ano, no Piauí, estão se consolidando na disputa dois grandes blocos. De um lado, o senador Wellington Dias (PT) é candidato ao Governo do Estado. Já confirmaram apoio a sua candidatura o PP do senador Ciro Nogueira e o PTB do senador João Vicente Claudino, que será candidato à reeleição. Provavelmente o PP indicará o candidato a vice mas, se for necessário, a vaga de vice na chapa poderá ser oferecida a algum possível aliado para ampliar a coligação.

Do outro lado está um bloco anunciado com toda pompa no início do ano: o deputado federal Marcelo Castro (PMDB) candidato a governador; o ex-prefeito de Teresina, Sílvio Mendes (PSDB) candidato a vice; e Wilson Martins (PSB), atual governador, como candidato a senador. A eles estão se somando, até agora, o PDT, PCdoB, PTC, PSD, PPS, PROS, DEM e outros partidos menores.

Esta chapa do bloco, porém, enfrenta algumas dificuldades para se consolidar. A primeira é a diversidade de candidaturas nacionais: Marcelo apóia Dilma, Sílvio apóia Aécio Neves e Wilson apóia Eduardo Campos. A segunda é a resistência de parte das lideranças do PSDB (dentre as quais o atual prefeito de Teresina, Firmino Filho), de entregar a cabeça da chapa a outro partido, estando o nome do tucano Sílvio Mendes mais bem situado nas pesquisas que o de Marcelo.

A terceira é porque, para ser candidato ao senado, Wilson deve se afastar do governo em abril, assumindo o vice-governador Zé Filho (PMDB), que até hoje, embora sistematicamente cobrado pela imprensa, ainda não fez um pronunciamento público sobre sua concordância com a tática desenhada sem a sua presença na chapa. Há quem diga que, uma vez sentado na cadeira de Governador, o condutor da sucessão será Zé Filho, e não mais Wilson; e, portanto, muita coisa pode mudar. Há quem também diga que diante dessas indefinições, e por conta das últimas pesquisas eleitorais que mostraram Wilson em uma situação menos tranquila do que esperava na disputa pelo senado, pode ser que o atual governador não se afaste, permaneça na cadeira e banque uma candidatura própria do PSB ou mesmo apoie o nome do PSDB.

Toda essa indefinição na chapa da situação deixa transparecer que realmente abril trará algumas mudanças no cenário. E de abril a junho novas mudanças podem ocorrer. Até mesmo porque a candidatura de Wellington segue tendo um forte apoio popular, alcançando, na última pesquisa de intenção de voto divulgada o percentual de 64,64%, ante 19,88% de Marcelo, podendo encerrar a disputa no primeiro turno.

No que diz respeito à disputa proporcional, o cenário já é menos tranquilo para o PT. Em 2010, quando Wellington Dias saiu do governo para ser candidato a se-

nador e Wilson assumiu o governo e foi candidato à reeleição, o PT, que apoiou Wilson, elegeu dois deputados federais e cinco deputados estaduais. Agora o partido enfrentará uma dura disputa contra duas grandes máquinas eleitorais: o governo do Estado e a prefeitura de Teresina. Sendo que teremos uma única chapa proporcional, com todos os partidos da aliança majoritária. Na melhor das hipóteses, avaliamos que o PT pode manter as suas bancadas federal e estadual.

Foi considerando todo este cenário que apresentamos ao conjunto do PT-PI a pré-candidatura do companheiro Deputado Estadual Cícero Magalhães à reeleição na Assembléia Legislativa e a pré-candidatura do vereador de Teresina, Gilberto Paixão, para a Câmara Federal. Acreditamos que tão importante quanto reeleger Dilma para presidir o país e eleger novamente Wellington para governar o Piauí, é eleger parlamentares comprometidos coma pauta da classe trabalhadora, que sejam porta-vozes das bandeiras históricas do PT, como a defesa da Reforma Agrária e da Reforma Urbana, a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, o fim do fator previdenciário, a ampliação do financiamento do SUS e da educação pública, o combate às terceirizações e a democratização dos meios de comunicação social, dentre outras. ★

*Marcelo Mascarenha é dirigente nacional da AE



Foto: Marcello Casal Jr/ Agência Brasil

Senador Wellington Dias (PT)

Ousar, para salvar

Ricardo Menezes*

O aparecimento da saúde como forte item reivindicatório de movimentos de massas de junho e julho de 2013 não surpreendeu: ao menos desde 2008, pesquisas idôneas indicam a saúde como o principal problema apontado por integrantes de todas as classes sociais.

Em 2013, a resposta do governo federal deu-se por meio do Programa Mais Médicos, apresentado ao Congresso Nacional com o envio da Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013, convertida na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, *que Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências.*

O Mais Médicos foi – e continua sendo – duramente criticado pelo conservadorismo brasileiro, tendo como ativos protagonistas a autarquia Conselho Federal de Medicina e seus Conselhos Regionais (estados e Distrito Federal), bem como entidades privadas da categoria médica.

Embora tenham concentrado suas críticas na dispensa de revalidação de diplomas de médicos formados no exterior e na vinda de médicos de Cuba, o que está em questão é a oposição à própria intervenção do Estado na realidade sanitária. Pois a consecução dos objetivos do Programa Mais Médicos, caso continue a ser implementado sem interrupção nos termos da citada Lei, darão um novo alento ao SUS, a saber:

- reordenação da oferta de cursos de Medicina e de vagas para residência médica, priorizando regiões de saúde com menor relação de vagas e médicos por habitante e com estrutura de serviços de saúde em condições de ofertar campo de prática suficiente e de qualidade para os alunos;
- estabelecimento de novos parâmetros para a formação médica no País – graduação e Programas de Residência Médica, e
- promoção, nas regiões prioritárias do SUS, de aperfeiçoamento de médi-



cos na área de atenção básica em saúde, mediante integração ensino-serviço, inclusive por meio de intercâmbio internacional.

O conservadorismo pátrio tergiversou sobre o fato de que o Brasil contava com 1,8 médicos por mil habitantes enquanto no Reino Unido essa relação era de 2,7 médicos por mil habitantes.

Por outro lado, olvidavam que o País precisa reverter a crescente tendência de especialização multifacetada e precoce em detrimento de especialidades médicas que são objeto de demanda social relevantíssima.

A título de ilustração, em 2013 56% dos especialistas se distribuíam em 45 áreas especializadas e somente 44% atuavam nas

nevrálgicas áreas de Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Clínica Médica, Cirurgia Geral e Anestesiologia.

Ao lado disso, convivíamos com ausência de iniciativas abrangentes por parte do Poder Público que propiciassem traçar estratégias para que voltássemos a conferir nobreza às especialidades cuja necessidade social é grande, lacuna essa que veio a ser preenchida pelo Programa Mais Médicos.

A aprovação popular do Mais Médicos decorreu, principalmente, do fato de que a União assumiu sua responsabilidade, em face da impossibilidade da maioria esmagadora das municipalidades brasileiras de proverem atenção básica em saúde, bem como da inaceitável omissão dos governos estaduais em relação a esse ponto.

Por meio do órgão de gestão federal do SUS, o Ministério da Saúde, a União assumiu desassombrado protagonismo técnico, financeiro e político, a fim de garantir a 53 milhões de brasileiros e brasileiras espalhados por todas as regiões do País, como componente indissociável das ações e serviços de atenção básica em saúde, o acesso à atenção médica fornecida por milhares de médicos formados no exterior.

A oposição conservadora de todos os matizes insiste que o Programa Mais Médicos é “eleitoreiro”. Nos meios de comunicação de massas dão destaque à saída de um médico e reservam módicas linhas para noticiar a chegada, em breve, de cerca de 3 mil novos médicos, que se somarão aos que já trabalham no País compondo, assim, o total de 13.000 médicos previstos para atuar no Programa até abril do presente ano.

Esta é a moldura que contornará a elaboração, pelo PT e aliados, de programas de governo nos planos federal e estadual para as eleições de 2014: nacionalização da discussão sobre Saúde ao lado do enfrentamento do debate com defensores de políticas neoliberais e da alienação da soberania nacional.

Os Programas de Saúde do PT, federal e estaduais, precisam guardar sintonia e, principalmente, estar imantados pelo espírito das jornadas de junho de 2013: o Estado deve prover e implantar políticas públicas universais cuja operacionalização seja qualificada.

A inflexão na atuação da União quanto ao SUS, corporificada no Programa Mais Médicos, introduziu um patamar superior de resposta às necessidades de saúde dos brasileiros e brasileiras, ensejando a expectativa de maior arrojo federal na organização do SUS doravante, o que, espera-se, venha a vertebrar o Programa de Saúde do PT.

O Programa Mais Médicos materializou o espírito da norma constitucional e expressou a tradição dos Sistemas de Saúde nacionais socializados: sem intenso protagonismo federal – técnico, financeiro, administrativo, gerencial e político – na coordenação, normatização, execução de serviços e execução de serviços compartilhada com estados e municípios, não implantaremos o SUS inscrito na CF de 1988.

Neste sentido, devemos nos debruçar sobre as proposições que Gastão Wagner de Souza Campos, professor titular da Universidade de Campinas, veiculou por meio do artigo intitulado *Faltam R\$ 55 Bilhões por Ano na Saúde*, publicado no



jornal *O Globo*, em 20 de setembro de 2013, bem como na entrevista concedida à Revista da Escola Politécnica de Saúde de Joaquim Venâncio, matéria editada com a sugestiva chamada *O Desenvolvimento não nos Protegeu* (<http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/EdicoesRevistaPoli/R38.pdf>).

Em síntese, as proposições de Gastão Wagner superam o debate estéril que gira, no mais das vezes, entre administração direta versus privatização e terceirização do aparato público para Organizações Sociais (OS) ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

As proposições nascem da constatação de que o SUS não conseguirá avançar mais se persistir a atual fragmentação entre redes de entes federados e a multiplicidade de lógicas organizativas dos serviços (administração direta, contratos e convênios, Organizações Sociais, entre outros). Não haverá governança nem regulação possível nessa Babel, ao menos de um SUS conformado por normas e modelo de gestão que considerem a especificidade e complexidade da Saúde: trazer a racionalidade do mercado para dentro do SUS implica em liquidá-lo. Nessa lógica já funciona a Saúde Suplementar;

As proposições organizacionais são complexas politicamente, porém a forma de viabilizá-las é singela:

a) o SUS poderia constituir-se em *autarquia pública – administração indireta* –, ou seja, uma organização federal, estadual e municipal, tendo como núcleo organizativo cerca de 420 Regiões de Saúde (Comissão Intergestores Regionais – CIR) em que se divide o país.

b) as atividades da *autarquia* seriam, naturalmente, objeto de fiscalização

e controle pelo Conselho Nacional de Saúde. No âmbito de cada Região de Saúde (CIR) seria conveniente à instituição de Conselhos Regionais de Saúde, sem prejuízo das competências do Conselho Estadual de Saúde e dos respectivos Conselhos Municipais de Saúde;

c) seria instituída uma carreira da Saúde para o SUS: atenção básica, atendimento hospitalar e especializado, vigilância em saúde. Concursos se dariam por estado da Federação, prevendo-se mobilidade entre cidades e postos de trabalho, bem como formação continuada.

A mobilidade propiciaria ao profissional iniciar suas atividades em municípios distantes e, com o correr do tempo, haveria a progressão na carreira e a possibilidade de escolha de outras municipalidades para trabalhar. Por força de disposição da CF de 1988, os funcionários públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais teriam que concordar em passar ao quadro de pessoal da *autarquia*. Quem não aderisse continuaria no seu local de trabalho;

d) o dirigente nacional da *autarquia* seria escolhido pelo ministro da Saúde, pelo Conselho Nacional de Secretários da Saúde – CONASS, representação dos secretários estaduais de Saúde e o do Distrito Federal, e pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS, representação dos secretários municipais de Saúde.

O dirigente regional da *autarquia* seria escolhido pela Secretaria de Estado da Saúde e pelos secretários de Saúde das municipalidades que compõem a Região de Saúde – CIR. O formato de escolha de dirigentes da *autarquia* visa minimizar o clientelismo – de diversas origens – nas indicações de dirigentes do SUS;

e) gradativamente a *autarquia* reassumiria os serviços de saúde geridos por OS e OSCIP, bem como os seus funcionários.

Destacamos a importância dos Setoriais de Saúde do PT incluírem esta reflexão na elaboração do Programa do Partido. ★

*Ricardo Menezes integra o Coletivo do Setorial Nacional de Saúde do Partido dos Trabalhadores

Nono encontro estadual

*Suelen Aires Gonçalves**

O IX encontro estadual da seção gaúcha do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) ocorreu nos dias 14, 15 e 16 de fevereiro, na cidade de Rio Grande. Teve como objetivo avaliar, debater e definir os próximos passos na luta pela reforma urbana. Contou com uma delegação representativa do ponto de vista regional, geracional e de gênero.

Metade da população mundial reside nas cidades, demonstrando correta a compreensão que já afirmávamos há vinte anos: que a pobreza urbana se tornaria o problema mais importante e politicamente explosivo do século XXI, ou seja, a aglomeração nas cidades de todo o mundo potencializa uma barbárie.

Frente a isto, nossos delegados e delegadas analisaram a atuação do MNLM no último período, especialmente de 2003 até hoje. Depois, em grupos, debatemos o seguinte:

*as ocupações continuam a cumprir um papel fundamental e crucial na defesa da função social da terra e na disputa da propriedade privada;

*a defesa de melhorias habitacionais, a luta contra os despejos e pela regularização fundiária, a defesa contrária aos despejos forçados, além de políticas públicas que melhorem a vida de nosso povo nas ocupações já consolidadas. Enfrentamos grandes dificuldades, por um lado institucional, parlamentar e judicial, de compreender e implementar o Estatuto da Cidade, lei já aprovada no Congresso Nacional;

*sobre a produção habitacional, avançamos em determinados municípios, na utilização de programas nacionais como o Minha Casa Minha Vida, com experiências novas e mais baratas que incluíram famílias no processo construtivo. Lutamos para reduzir o déficit habitacional e precisamos atender as famílias em situação de vulnerabilidade social;

* sobre o Cooperativismo, avaliamos como um instrumento que deve ser discutido e aprofundado no MNLM em todo o país, respeitando diferenças regionais e peculiaridades locais;

Durante os dias 13 e 14 de fevereiro foi realizado o Encontro Estadual da Juventude do MNLM. O público jovem tem demanda especial atenção por parte do poder público e da sociedade civil organizada. Um quarto da população brasileira tem entre 15 e 29 anos. Na periferia, enfrentamos o preconceito social, racial, econômico e geracional. Além de representarmos 1/3 dos desempregados, e em grande maioria em postos de trabalho precários, somos discriminados por nossa cor de pele, pelo nosso lugar de origem e pelo fato de sermos jovens. Grande parcela dos jovens já construiu sua família, muitas vezes devido à decorrência de gravidez não planejada ou planejada, ainda na adolescência. As jovens mulheres muitas vezes abandonam os bancos escolares para cuidar dos filhos ou trabalhar. Torna-se imprescindível possibilitar aos jovens oportunidades dignas de moradia, geração de renda e sustento de suas famílias.

Um dos desafios colocados para o enfrentamento da violação de direitos que sofre a juventude das comunidades populares é a juventude perceber-se enquanto sujeito histórico e político. Para tanto, necessitamos que o Movimento possibilite espaços para o exercício do protagonismo e para auto-organização juvenil, através da criação e fortalecimento da juventude do MNLM.

Durante nosso IX Encontro, fizemos um

belo exercício de avaliação das lutas e das bandeiras. A realidade das nossas cidades está marcada pela desigualdade, que desafia mulheres e homens a enxergar a reforma urbana como um projeto nacional e de caráter popular. As vitórias já alcançadas nas lutas pelo acesso à cidade, pelo avanço nas instituições da gestão democrática, devem prosseguir com a finalidade de ampliar os espaços de cidadania, os instrumentos da participação direta da população no pensar as cidades.

Em seus últimos encontros, o MNLM buscou, dentro de seus limites estruturais, construir a sua intervenção no conjunto de nosso País. Em toda esta atuação estivemos sempre pautando a Reforma Urbana. Avançamos no nosso reconhecimento político e no papel que desenvolvemos na defesa intransigente de cidades justas, fraternas, integradas, sustentáveis e democráticas.

Homologamos uma direção estadual representativa dos 25 municípios. Mulheres, homens e jovens de luta assumiram a tarefa de construir a direção estadual do MNLM RS. Elegemos, dois representantes para compor nossa direção nacional: Gilberto Aguiar como titular e Suelen Aires Gonçalves como suplente, com um sentimento grande de continuidade e renovação do movimento. ★

*Suelen Aires Gonçalves é dirigente do MNLM



Um grito por democracia

Tábata Silveira*

O feminismo é um movimento que, não por acaso, atravessa as lutas anticapitalistas, antiimperialistas, democráticas, socialistas, revolucionárias, ao longo da história. A luta contra o patriarcado e contra a cultura machista, bem como por outra ordem econômica e social são dimensões de uma mesma luta, uma vez que a opressão exercida sobre nós mulheres, além de psicológica, simbólica e social, é também política, ideológica e econômica.

Alguns fatores objetivos: constituímos 70% da população situada abaixo da linha da miséria no mundo; nosso salário é, numa média, 30% inferior em relação ao do homem; uma multidão de mulheres trabalha de graça em suas casas, em jornadas triplas, para garantir as condições de trabalho dos homens que, em sua maioria, são coniventes com essa situação. A sociedade de mercado explora o trabalho doméstico para não disponibilizar acesso universal a serviços públicos que assegurem direitos à alimentação, à saúde e à educação infantil. A violência doméstica marca a trajetória cotidiana de um sem-número de mulheres: a ineficiência do Estado combinada com a truculência machista faz mais de 100 mulheres vítimas fatais por dia no país.

A luta feminista nasce e renasce, ao longo da história, no seio da esquerda: nas margens da Revolução Francesa, no movimento pela abolição da escravatura nos EUA, na Revolução Russa de 1917, junto ao movimento operário nas décadas seguintes, nos movimentos radicais de contracultura na década de 60, junto aos movimentos sociais e aos partidos de esquerda. Hoje ela parece renascer nas lutas por liberdades individuais, mas também como resposta ao conservadorismo estatal, religioso, midiático, jurídico, que se levanta.

Os movimentos sociais estão construindo um grande Plebiscito por uma Constituinte Exclusiva Soberana do Sistema Político, no ano de 2014. Uma reforma política que pretenda aprofundar a democracia pressupõe equiparar a presença feminina nos espaços de poder. As mulheres ocupam 9% dos mandatos na câmara, e 12% no senado federal. Nas eleições municipais tivemos um recorde positivo, mas irônico: 13%



Acervo do Museu Harolgo Conti, Buenos Aires

do total de vagas foram ocupadas por mulheres. Ou, se preferir, 87% dos prefeitos e vereadores do Brasil são homens, em pleno ano de 2012, o ano em que as mulheres comemoram o 82º aniversário do sufrágio feminino no país.

No entanto, mesmo no mundo da política, existem resistências por parte dos homens ao feminismo. São diversas e cotidianas as situações em que, por exemplo, o paternalismo dos homens pretende ensinar o feminismo às mulheres, dirigir as suas discussões, o seu trabalho, a sua trajetória. É evidente que alguns homens podem entender mais de feminismo e de política do que algumas mulheres. Porém o feminismo consolida-se apenas através do percurso da autonomia – intelectual, psicológica, política, econômica – das próprias mulheres.

O machismo incrustado no Estado é também sustentado no cotidiano dos partidos. Num olhar autocrítico, o Partido dos Trabalhadores elegeu uma mulher à presidência da república, mas nunca chegou perto de eleger uma mulher para a presidência do partido, em 34 anos de história. Se, por um lado, há poucas mulheres que “se colocam” para ocupar os espaços, por outro, os ambientes mais implicados no exercício do poder são hegemônicos e arquitetados por homens, repletos de símbolos e de signos masculinos e que, não raramente, mantêm uma visão utilitarista e instrumental da presença feminina.

Para ajudar a mudar essa situação, mais do que reserva de cotas ou paridade formal de gênero, o PT deveria assumir uma política que priorizasse objetivamente as candidatas mulheres nas suas campanhas eleitorais, realizar muita formação política e se posicionar mais claramente em defesa da autonomia e dos direitos das mulheres.

No âmbito da reforma política, em específico, defendemos o voto em lista paritária, com alternância de sexo e o financiamento público das campanhas, para que haja igualdade de condições entre os candidatos e as candidatas.

O feminismo é um grito por democracia. A reforma política só alterará a estrutura da democracia brasileira se encarar as profundas contradições de gênero, raça e classe que condicionam a vida da maioria e determinam a política nos dias de hoje. ★

*Tábata Silveira é feminista, militante da AE e integra a executiva estadual do PT-RS



Mulheres que lutam

Adriele Manjabosco, vice-presidente da União Nacional de Estudantes; Suelen Aires, dirigente do Movimento Nacional de Luta pela Moradia; Regina Piovesan, dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas; e Gil Piauilino, militante do movimento LGBTTT: jovens dirigentes contam um pouco de sua trajetória, os embates que enfrentam e deixam seu recado para as mulheres



Página 13: Adriele, Suelen, Regina e Gil, nos contem um pouco da sua vida e trajetória militante

Suelen. Sou militante do MNLM desde muito cedo. Conheci o movimento aos 9 anos, na fazenda Santa Marta, ocupação urbana de Santa Maria, a maior da América Latina, ocupada em 7 de dezembro de 1991. Eu fui morar na ocupação em 28 de fevereiro de 1995. Nessa ocupação tive a oportunidade de conviver, além dos meus companheiros de lona preta, com militantes históricos do PT. Aprendi que apenas na organização se avança, e fiz a opção de, com 16 anos, me filiar ao PT e me somar na luta pela reforma urbana, no MNLM. Atualmente sou socióloga e fui eleita dirigente do MNLM no nosso congresso estadual.

Adriele. A minha família não possui militantes. Contudo, possui consciência da classe social que pertence. Cresci vendo ouvindo meu pai questionar e reivindicar seus direitos, se afirmando como colono, trabalhador e pequeno agricultor. Esta identidade levou-o a votar e defender os candidatos do PT, que defendiam os direitos dos trabalhadores. Este ambiente contribuiu para tornar-me militante de esquerda. Fui me inserindo em espaços ligados a “vida pública”, na época oferecidos pela Igreja Católica e pela escola. Na igreja atuei em diversas frentes,

catequese, liturgia, pastorais, identificando-me com as alas mais progressistas. Já na escola contribuí com a fundação do grêmio, onde fui vice-presidente. Meu primeiro contato com o feminismo se deu na Universidade, por meio do movimento estudantil. Lembro do CONEB de 2011, quando ouvi uma companheira subir no carro de som durante uma passeata e falar em nome da liberdade das mulheres em relação ao seu próprio corpo, defendendo a legalização do aborto. Naquela ocasião me senti incomodada, visto que tinha posição radicalmente contrária. Numa formação sobre gênero, do estágio de vivência em assentamentos da reforma agrária, me caiu a ficha acerca do que o machismo significa na vida das mulheres. A partir daí comecei a perceber o machismo nas diversas relações sociais, nas relações de trabalho, universidade, na família, o que levou a identificar-me com a luta pela igualdade de gênero: o feminismo.

Regina. Nasci numa família camponesa militante e desde a infância tive participação na comunidade. Militei na Pastoral da Juventude Rural, espaço que me deu oportunidade a ser a primeira de três filhas e cinco filhos da família a conquistar o diploma de nível superior, pois estudei em uma turma especial da UERGS/Via Campesina. Militei no espaço, que considero de grande valia para a minha vida, das coordenações

estadual e nacional da Pastoral da Juventude Rural. Por um tempo tive a tarefa de acompanhar o escritório nacional do MMC com sede em Brasília, no acompanhamento da luta por políticas públicas, bem como debates que tangem a luta do Movimento de Mulheres Camponesas e também da Via Campesina. Essa tarefa fez com que eu ganhasse ainda mais gosto pela luta, ao ver como ainda é limitada e contraditória a participação das mulheres nos espaços decisórios. Assim, volto ao Rio Grande do Sul para contribuir na elaboração e execução de projetos que viabilizem a continuidade do trabalho do Movimento a nível nacional.

Gil. Conheci a auto-organização na universidade pelo movimento estudantil e com muita influência do meu curso Serviço Social. Após dois anos na universidade, tive uma gravidez não planejada, com isso vieram várias dificuldades. Já trabalhava para pagar a faculdade, e agora tinha a responsabilidade de criação e sustento do meu filho, sozinha. Tive ajuda dos meus pais, mas o peso de encarar a maternidade sozinha sem dúvida aumentou os obstáculos na formação acadêmica. Foi quando pude perceber de forma mais evidente o machismo nos espaços que eu ocupava: trabalho, faculdade e militância. E, contraditoriamente, foi na militância que conheci as mulheres de resistência e engajadas na luta por uma sociedade mais iguali-

tária, menos sexista, machista e lesbo-bifóbica. Ao longo da militância no movimento estudantil e no movimento de mulheres fui me identificando com outras pautas e percebi que o movimento LGBT, principalmente as mulheres lésbicas e bissexuais, lutavam contra inúmeras opressões de classe, gênero, cor/etnia e diversidade sexual. Alcançando diversas opressões que na maioria das vezes são invisibilizadas pelo conjunto dos movimentos sociais.

Quais são os principais embates, no seu meio de atuação, acerca das relações de gênero?

Suelen. A disparidade na participação política entre homens e mulheres. Considero importante reafirmar a importância da equidade, do respeito e que o feminismo deve estar em todos os espaços. É necessário investir no fortalecimento, formação e organização das mulheres do MNLM, para isso precisamos construir unidade e uma estratégia de luta no conjunto das companheiras.

Adriele. Nós mulheres precisamos afirmar nossa militância cotidianamente, visto que

nossa capacidade política é colocada em questão por sermos mulheres. No movimento estudantil, isso não é diferente, mesmo que este afirme ideologicamente o feminismo, reproduz práticas machistas.

Outro embate colocado para o movimento estudantil diz respeito à reprodução do machismo no âmbito das universidades. Primeiro por que a formação profissional se dá de forma diferenciada para homens e mulheres. Além de compor grande parte dos cursos mais voltados ao cuidado, como pedagogia, enfermagem e serviço social, quando as mulheres adentram cursos historicamente masculinos, como os das engenharias e direito, as oportunidades são diferenciadas em relação os homens. Não é a toa que a imensa maioria das referências da academia são masculinas e as mulheres ainda recebem os menores salários. O segundo embate é contra as práticas machistas no interior das instituições. Em trotes universitários o machismo é exorbitante, nas salas de aula são frequentes casos em que meninas são constrangidas por professores, sem falar ainda nos casos de violência sexual e estupro. Uma expressão do machismo é a situação de estudantes grávidas em relação à assistência estudantil. As

meninas são despejadas das casas de estudantes. A luta por uma assistência estudantil específica para as mulheres abarca a necessidade de oferecer suporte nos casos de opressão de gênero, o acompanhamento da saúde da mulher e o direito à moradia e à creche para que as estudantes mães possam ter onde deixar seus filhos para poder estudar.

Regina. O fato de fazer parte de um movimento específico de mulheres traz algumas vantagens, quando relacionado a movimentos mistos, pois conseguimos nos identificar umas nas outras, nossas lutas diárias, porém o principal embate mora nas relações familiares estabelecidas pelas mulheres, que encontram muita dificuldade em romper com o sistema machista, patriarcal, vigente.

Gil. Convencer os companheiros de que a luta feminista não é só das mulheres. E sair dessa condição professoral de convencimento em que, inevitavelmente, nos colocamos ou nos colocam. A dificuldade deles abdicarem de seus privilégios, seja em casa, no partido e na relação a dois. Fazendo com que os embates se tornem muito mais disputados do que (des)construção.

ASSINE O JORNAL
Página 13 PT

CUPOM DE ASSINATURA

Não deixar de preencher nenhum dos campos

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: () _____ Celular: () _____

E-Mail: _____

Profissão: _____

CPF: _____ ou

CNPJ: _____

Participa de alguma entidade, movimento ou organização? () sim () não

Se sim, qual: _____

Área de interesse, militância ou atuação: _____

Município e estado de militância: _____



ESCOLHA A OPÇÃO DE ASSINATURA

ASSINATURA ANUAL (12 edições)
() R\$ 70,00

ASSINATURA BIANUAL (24 edições)
() R\$ 140,00

() Declaro que ao efetuar o pagamento da assinatura estou ciente e concordo com os Termos de Assinatura constantes do contrato de assinatura disponíveis no site www.pagina13.org.br

ENVIAR o cupom junto com o comprovante de depósito para: Associação de Estudos Página 13 a/c de Edma Walker Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP, CEP 01019-000 ou para o e-mail assinaturas@pagina13.org.br

PAGAMENTO através de depósito na conta do Banco do Brasil Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1 Em nome de: Rubens Alves da Silva

Deixem uma mensagem sobre a importância do feminismo na luta socialista e na vida das mulheres.

Suelen. Precisamos possibilitar espaços de discussão entre homens e mulheres sobre as relações de gênero, classe, etnia entre outros temas relativos a reforma urbana. Desta forma construiremos a sociedade democrática, participativa, com garantia de direitos para tod@s independente de sua orientação sexual, raça/etnia, idade, cultura, religião. E nesse sentido reafirmo que o feminismo deve ser uma pauta transversal de mulheres e homens que lutam por uma sociedade mais humana, sem violência e com plenitude de direitos.

Adrielle. Na vida da mulher o feminismo significa emancipação. Uma mulher feminista não apenas percebe a opressão, mas luta contra ela. Na vida das mulheres o feminismo também significa solidariedade para com as outras mulheres. Acredito em um feminismo socialista, pois o capitalismo, além de apropriar-se da desigualdade de gênero, mercantiliza o corpo e a vida da mulher. A luta feminista é também, portanto, uma luta de classes. Minha mensagem neste 8 de março, para as mulheres militantes do PT e dos movimentos sociais, é que precisamos ter ousadia e nos colocarmos à frente dos processos políticos, sendo sujeitos da luta socialista.

Regina. Já avançamos em muitos aspectos na luta por direitos, por igualdade. Mas nosso desafio ainda é grande, em meio a uma sociedade “mal educada” que não consegue entender as nossas lutas, que reprime e criminaliza principalmente as mulheres. Me identifico com a luta feminista e camponesa, gênero e classe, e luto junto essa luta construída por mulheres de coragem, que sofreram em suas épocas, mas que conseguiram trilhar esse caminho de conquista de muitos direitos, porém entendo que ainda temos uma tarefa militante muito grande e desafiadora, pois assim como tivemos várias conquistas, muitas formas de opressão seguem acontecendo. Sigamos lutando.

Gil. A luta do feminismo por igualdade na sociedade e a luta das mulheres para inserir essas pautas na luta socialista, é um acúmulo de muitos anos de militância feminista no Brasil e no mundo. Da importância da transversalidade de gênero na militância diária, a reorganização dos papéis impostos por uma cultura sexista. Essa mudança é cotidiana, em casa, no trabalho, nos espaços de militância. Ao mudarmos a vida das mulheres acumulamos nas trincheiras de luta por uma sociedade socialista. ★

BELAS PELÍCULAS



A voz Adormecida, Espanha, 2011.

Com o fim da Segunda Guerra e nos anos seguintes à Guerra Civil Espanhola, Hortênsia está grávida e é presa pelo regime franquista, junto com diversas companheiras, num presídio controlado pela igreja católica.

A fonte das mulheres, Bélgica, 2011.

Em uma pequena aldeia entre a África e o Oriente Médio, mulheres que sofrem com a opressão religiosa lutam pela sua saúde e autonomia.



LEITURAS INTERESSANTES



Relatório Socioeconômico Anual da Mulher.

Com dados comparados das últimas três décadas, o documento publicado pela SPM faz um levantamento completo do ano de 2013 sobre saúde, educação,

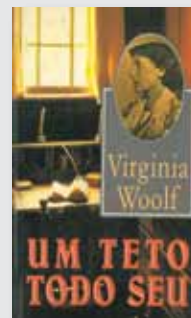
mercado de trabalho e violência. O relatório pode ser acessado em: <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/raseam-interativo>



Da guerrilha à imprensa feminista:

a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980), Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite. Uma reflexão sobre o feminismo dos anos de 1970, que se

caracteriza como pertencente à segunda onda do movimento de mulheres, e que tem na imprensa feminista de 1975 a 1980 um espaço de militância, de resistência e de divulgação das ideias feministas e socialistas. A narrativa é feminista e se faz pelos textos publicados nos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres e pela fala das protagonistas como sujeitos desta ação.



Um teto todo seu, Virginia Woolf.

A autora reuniu alguns ensaios sobre mulheres e literatura neste livro, publicado em 1928. Nele, a autora inglesa traça um painel da presença feminina na literatura - não como personagem, mas como escritora - ao

longo do tempo. E chega à conclusão de que se Shakespeare tivesse tido uma irmã tão brilhante e vocacionada quanto ele, ela certamente teria tido uma vida miserável e se matado ainda jovem, porque às mulheres do século XVI não era permitido outro papel senão o de trabalhadoras domésticas escravas ou animais de estimação. Em outras palavras, mulheres escritoras só começam a surgir a partir do momento em que lhes é dado o direito de ter uma renda pessoal e um teto todo seu.

Atuantes na defesa das mulheres



DEPUTADA ESTADUAL ANA LÚCIA (SE)

É proponente de três leis e uma indicação acerca do tema. A primeira estabelece o Dia Estadual de Combate à Violência contra a Mulher, sendo o dia 22 de novembro uma homenagem a uma professora assassinada neste dia. A segunda lei de sua autoria cria o procedimento de Notificação Compulsória da Violência contra a Mulher atendida em Serviços de Urgência e Emergência públicos e privados no Estado de Sergipe. O projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de reserva social de moradia para grupos vulneráveis em programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos do Estado de Sergipe, é outra iniciativa que visa favorecer o direito das mulheres no âmbito das políticas sociais. Ana Lúcia produziu ainda uma indicação para a criação da Patrulha Maria da Penha, no intuito de promover rondas periódicas para monitorar os casos de violência doméstica.

DEPUTADA ESTADUAL ANA AFFONSO (RS)

É autora de duas leis, sancionadas em novembro pelo governador Tarso Genro, que fortalecem a rede de atendimento às vítimas de violência contra as mulheres. A primeira cria o **Observa-Mulher RS**, um sistema integrado para reunir o conjunto de informações dos órgãos públicos governamentais e não-governamentais. Esta lei visa facilitar e agilizar o acesso e os procedimentos necessários para um atendimento mais digno e humano nas diferentes áreas – segurança, saúde, justiça e assistência social. A segunda lei atende mais às vítimas de violência sexual, estabelecendo diretrizes e ações simultâneas nas áreas periciais e de saúde dos órgãos públicos - apoio psicossocial, a anticoncepção de emergência, a profilaxia das doenças sexualmente transmissíveis, orientações e procedimentos de interrupção de gravidez decorrente, além da realização de exames clínicos, periciais e laboratoriais.



DEPUTADA FEDERAL IRINY LOPES (ES)

Ex-ministra da SPM e relatora da Lei Maria da Penha, Iriny Lopes é proponente do PL que normatiza equidade de gênero e raça, de igualdade das condições de trabalho, de oportunidade e de remuneração no serviço público. Requereu que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias discutisse e tomasse eventual providência em face de declarações racistas e homofóbicas do deputado Jair Bolsonaro, membro do colegiado. Demandou também a criação de Comissão Especial para análise do PL nº 4857, de 2009, que cria mecanismos para coibir e prevenir a discriminação contra a mulher. Iriny tem protagonismo na Campanha: “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania” e impulsiona o programa de microcrédito rural para mulheres camponesas.

SENADORA ANA RITA ESGÁRIO (ES)

Requereu a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Relatora desta comissão, visitou diversos estados (AL, MS, PE, PR, BA, PB, RJ, MS, GO, PA, RR, RS, PE MG, SC) e alguns países, como Suíça e El Salvador, representando o Senado brasileiro com a pauta do enfrentamento à violência contra a mulher. Protagoniza o pleito de instruir o PLS 292/2013 que altera o Código Penal, para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.



Julho, em Maranguape

Licio Lobo*

Passada a Copa do Mundo, entrando já na fase decisiva do processo eleitoral que teremos em 2014, a militância da AE vai aproveitar a última semana de julho para recarregar as baterias com muito estudo, reflexão e debate sobre os temas atuais da conjuntura e dos processos históricos mais profundos que nos trouxeram até aqui.

Aberta à toda militância petista interessada, a 13ª Jornada Nacional de Formação Política da AE terá lugar no município de Maranguape, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, no Ceará, no período compreendido entre 27 de julho a 3 de agosto de 2014.

Mais que nunca, a agudização da luta de classes no Brasil e no mundo exigem novas respostas do PT, na verdade uma nova estratégia que a direção do partido saída do PED 2013 se recusa a colocar na ordem do dia.

Mas como a luta de classes não para e não é regulada pelo calendário dos PEDs do PT, a tarefa de refletir, elaborar e tentar transformar em ação concreta os elementos desta tal nova estratégia, persistindo na defesa da sua necessidade junto ao conjunto da militância petista, segue na ordem do dia para a esquerda socialista do PT, a AE dentro dela.

A próxima jornada de formação, em terras cearenses, certamente será um espaço privilegiado deste processo de debates e construção de ação coletiva.

A taxa de inscrição para os cursos será de R\$ 360,00, correspondente à estadia e alimentação durante todos os oito dias da jornada, que será realizada na Casa dos Maristas em Maranguape (Rua Orange s/nº).

Nesta edição da jornada serão oferecidas várias opções de cursos, que serão detalhadas no sitio do jornal Página 13 (www.pagina13.org.br), onde também podem ser efetuadas as inscrições.

A princípio, serão oferecidos os seguintes cursos:

- 1) Estudo das resoluções da AE (história da luta pelo socialismo no mundo e no Brasil, história do PT, dos governos Lula e Dilma; história da AE e nossas orientações políticas).
- 2) Luta pelo socialismo e movimentos sociais (Mulheres, Juventude, Sindical, Combate ao Racismo, LGBT, Questão Agrária, Questão Ambiental, Questão Urbana, Saúde).
- 3) Planejamento e Propaganda Eleitorais
- 4) Estudo de O Capital e do desenvolvimento capitalista no Brasil

A realização dos cursos 2 (Luta pelo socialismo e movimentos sociais), 3 (Planejamento e propaganda eleitoral) e 4 (Estudo de O Capital e do desenvolvimento capitalista no Brasil) depende do número de pessoas interessadas em participar. Atingido o número mínimo de 20 pessoas, o respectivo curso será realizado.

É importante o empenho das direções setoriais, municipais, estaduais e nacional da AE para a construção da 13ª Jornada Nacional de Formação Política, pautando o tema e viabilizando a ida do maior número possível de companheiros e companheiras ao Ceará em julho. ★

*Licio Lobo é dirigente nacional da AE



Participantes da 12ª Jornada Nacional de Formação Política da Articulação de Esquerda ocorrida em janeiro/fevereiro 2014 em Nova Almeida (ES)